

ISSN 2595-5934



PERIODICIDADE
MENSAL

MAR EDIÇÃO
2026 N°95

IDIOMAS
PORTUGUÊS E INGLÊS

 **QUALIS B3**



CAPES

ACESSO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS POR IDOSOS EM FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA: ANÁLISE DOS DADOS DO SB BRASIL 2023

ACCESS TO AND USE OF DENTAL SERVICES AMONG OLDER ADULTS IN FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA: ANALYSIS OF SB BRASIL 2023 DATA

BAMPI, Gabriela¹

RESUMO

Analisar o padrão de utilização dos serviços odontológicos por pessoas idosas no município de Florianópolis, do estado de Santa Catarina, considerando o tipo de serviço utilizado e a satisfação com o atendimento. Trata-se de um estudo transversal, com uso de dados secundários da Pesquisa Nacional de Saúde Bucal (SB Brasil 2023), analisando informações referentes às pessoas idosas residentes em Florianópolis. Foram realizadas análises descritivas sobre a utilização dos serviços odontológicos, o tipo de serviço utilizado e a satisfação com o atendimento. Entre os 321 participantes de 65 a 74 anos, no último ano, 189 (58,87%) procuraram algum serviço odontológico, enquanto 128 (39,9%) não buscaram atendimento, sendo essa maior busca em serviços particulares, plano de saúde ou convênio (44,54%). Quando analisado a última consulta odontológica, 89 (27,72%) participantes foi atendido em serviços públicos, enquanto 209 (65,10%) em serviços particulares e planos de saúde ou convênio, mas ocorrendo uma avaliação de satisfação muito bom e bom similar entre os tipos de atendimento. Os principais motivos de consulta foram ações preventivas (100; 31,2%) e colocação ou manutenção de próteses dentárias (79; 24,6%). Apenas 69 participantes (21,5%) relataram possuir plano odontológico. Os achados evidenciam a persistência de desigualdades na utilização dos serviços odontológicos pela população idosa, apontando limites do Sistema Único de Saúde na oferta de cuidados reabilitadores. Apesar da satisfação semelhante entre os setores público e privado, a predominância do uso do serviço privado reforça a necessidade de fortalecimento da rede pública de atenção à saúde bucal, com ampliação do acesso, qualificação da oferta de procedimentos e melhor organização do cuidado, visando à promoção da equidade no município de Florianópolis.

Palavras-chave: Inquéritos de Saúde Bucal. Idoso. Assistência Odontológica. Cobertura de Serviços Públicos de Saúde. Saúde Bucal.

¹Graduada em Odontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Especialista em Saúde Coletiva pela Residência Multiprofissional em Saúde da Família da UFSC e Prefeitura Municipal de Florianópolis. Especialista em Gestão Pública em Saúde pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Especialista em Endodontia pela Faculdade Ibero Americana de São Paulo (FIASP). gabrielabampi@hotmail.com.

ABSTRACT

To analyze the pattern of dental service utilization among older adults in the municipality of Florianópolis, Santa Catarina, Brazil, considering the type of service used and satisfaction with care. This cross-sectional study used secondary data from the National Oral Health Survey (SB Brasil 2023), analyzing information related to older adults residing in Florianópolis. Descriptive analyses were performed regarding the use of dental services, type of service utilized (public or private), and satisfaction with care. Among the 321 participants aged 65 to 74 years, 189 (58.87%) sought dental care in the previous year, while 128 (39.9%) did not seek care, with greater utilization of private services, health insurance, or dental plans (44.54%). Regarding the most recent dental visit, 89 participants (27.72%) were treated in public services, whereas 209 (65.10%) used private services or dental plans, with similar levels of satisfaction classified as good or very good across service types. The main reasons for dental visits were preventive care (100; 31.2%) and placement or maintenance of dental prostheses (79; 24.6%). Only 69 participants (21.5%) reported having dental insurance. The findings indicate persistent inequalities in dental service utilization among older adults, highlighting limitations of the Brazilian Unified Health System in providing rehabilitative dental care. Despite similar satisfaction levels between public and private sectors, the predominance of private service use underscores the need to strengthen the public oral health care network through expanded access, improved availability of procedures, and better organization of care, aiming to promote equity in dental care in Florianópolis.

Keywords: Dental Health Surveys. Aged. Dental Care. State Health Care Coverage. Oral Health.

INTRODUÇÃO

O Brasil vivencia um expressivo processo de envelhecimento populacional, caracterizado pelo aumento contínuo da proporção de pessoas com 60 anos ou mais. Esse fenômeno está associado a elevada prevalência de perdas dentárias e edentulismo, conferindo às condições de saúde bucal um papel central na saúde da população idosa, uma vez que os agravos bucais permanecem altamente prevalentes e se relacionam a impactos funcionais, psicossociais e à qualidade de vida.

O avanço das políticas públicas voltadas à saúde bucal, especialmente a partir dos anos 2000, representou um marco na reorganização da atenção odontológica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), ao ampliar o acesso aos serviços e integrar ações de promoção, prevenção e atenção curativa nos diferentes níveis de atenção. Evidências indicam que a implementação das Diretrizes da Política Nacional de Saúde

Bucal contribuiu para a expansão do acesso público aos serviços odontológicos e para a redução da proporção de indivíduos que nunca realizaram consulta odontológica.

Entretanto, o maior uso dos serviços de saúde bucal nas regiões mais desenvolvidas do país está associado a um maior desembolso direto por parte dos usuários, evidenciando que a assistência odontológica no Brasil ainda depende do pagamento privado. Estudos indicam que a satisfação com os serviços odontológicos tende a ser semelhante entre os setores público e privado, sugerindo que fatores relacionados ao acesso, à disponibilidade de procedimentos e à organização dos serviços exercem influência decisiva na escolha do local de atendimento.

Considerando esse cenário, revelam-se limites na redução das desigualdades sociais em saúde, especialmente no que se refere ao acesso aos serviços no SUS. Entre os idosos, observa-se gasto com atendimento odontológico, possivelmente relacionado à demanda por procedimentos reabilitadores, frequentemente não ofertados de forma suficiente na rede pública.

Nesse sentido, torna-se fundamental compreender os padrões de utilização dos serviços odontológicos pela população idosa e os fatores associados à busca por atendimento, de modo a subsidiar o aprimoramento das políticas públicas e a organização da rede de atenção em saúde bucal, especialmente em contextos municipais, como o de Florianópolis, Santa Catarina.

REVISÃO DA LITERATURA

Os dados do Censo Demográfico de 2022 evidenciam o avanço do envelhecimento populacional no Brasil. Entre 2010 e 2022, a população com 60 anos ou mais cresceu 56%, alcançando 32.113.490 pessoas, o que corresponde a 15,6% da população brasileira. No âmbito municipal, Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina (SC), possuía em 2022 537.211 habitantes, e dentre essa população, 91.678 pessoas tinham 60 anos ou mais, aproximadamente 17%, proporção superior à média nacional para essa faixa etária (IBGE, 2022a; IBGE, 2022b).

A ampliação do contingente de pessoas idosas, tanto em termos absolutos quanto proporcionais, impõe desafios crescentes aos sistemas de saúde e às políticas de proteção social (ONU, 2024, p. 45). Nesse contexto, a organização das ações e dos serviços que integram o SUS, incluindo aqueles de natureza privada, deve fundamentar-se no conhecimento epidemiológico como subsídio para a definição de prioridades sanitárias, a distribuição de recursos e o planejamento das intervenções em saúde (BRASIL, 1990).

Desta maneira, os levantamentos em saúde bucal oferecem uma base segura para avaliar a condição atual de saúde e necessidades odontológicas de uma população. Desde 1971, a Organização Mundial da Saúde (OMS) possui uma tradição em metodologia e acompanhamento de levantamentos epidemiológicos em saúde bucal (OMS, 2013, p. 5). No Brasil, cinco grandes levantamentos epidemiológicos já foram realizados (1986, 1996, 2003, 2010 e 2023), sendo que a partir do de 2003 houve ampliação dos inquéritos, proporcionando assim um melhor diagnóstico da população brasileira, além de apresentar os agravos na população, possibilitou o planejamento e a avaliação das ações (BRASIL, 2025, p. 24).

Estudo que utilizou dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1998, 2003 e 2008, bem como da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013, demonstrou que a implementação das Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal, instituídas em 2003, contribuiu para a ampliação do acesso público às consultas odontológicas e para a redução da proporção de indivíduos que nunca haviam utilizado serviços odontológicos. Entretanto, os autores ressaltam que, apesar desses avanços, ainda persistem desigualdades no acesso aos serviços (GALVÃO, RONCALLI, 2021). Nesse sentido, a política de saúde bucal no Brasil vem se estruturando de modo a ampliar possibilidades de cuidado intra e intersetoriais, superando a falsa dicotomia entre promoção da saúde e atenção à saúde, bem como entre ações preventivas e curativas (PUCCA JÚNIOR *et al.*, 2009).

Apesar da ampliação do acesso aos serviços odontológicos promovida pela Política Nacional de Saúde Bucal (Brasil Sorridente), a prevalência de necessidades de tratamento odontológico (59,5%) e de prótese dentária (48%) entre pessoas idosas

no Brasil ainda se mantinha elevada, conforme dados do SB Brasil 2010. Além disso, são escassos os estudos de abrangência nacional que permitam avaliar os efeitos dessa expansão da cobertura dos serviços públicos odontológicos sobre as necessidades de tratamento da população idosa (DALAZEN; CARLI; BOMFIM, 2018).

As principais causas de perda dentária são a cárie não tratada e as doenças periodontais. Uma vez instalada a doença bucal, o tratamento constitui a principal abordagem para interromper sua progressão, sendo que a ausência de cuidado tende a culminar na perda dentária (KASSEBAUM *et al.*, 2014). A perda dentária, por sua vez, extrapola os impactos clínicos, influenciando negativamente aspectos psicossociais e a qualidade de vida, ao comprometer a função mastigatória, a estética e a autoestima (BARRETO *et al.*, 2019).

As dificuldades de acesso aos serviços odontológicos têm sido apontadas como importantes fatores preditivos dos desfechos em saúde bucal, influenciando diretamente a ocorrência de agravos e necessidades de tratamento (MARSHMAN *et al.*, 2012). Esses achados reforçam que a ampliação da cobertura dos serviços, de forma isolada, não é suficiente para reduzir as necessidades em saúde bucal da população idosa, sendo fundamental que a expansão da Estratégia Saúde da Família (ESF) ocorra de maneira planejada e orientada às demandas específicas desse grupo populacional (DALAZEN; CARLI; BOMFIM, 2018).

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, de natureza descritiva, que utilizou dados secundários provenientes da Pesquisa Nacional de Saúde Bucal de 2023, SB Brasil 2023. Os dados foram extraídos e analisados por meio de estatística descritiva, sendo apresentados em frequências absolutas e relativas. Estudos transversais caracterizam-se pela observação de uma população em um único momento no tempo, permitindo descrever a distribuição de características, condições ou eventos de interesse, sem estabelecer relações de causalidade (LEVIN, 2006).

A escolha do SB Brasil 2023 justifica-se por se tratar de um banco de dados público de abrangência nacional. Esse banco contempla a avaliação clínica das condições de saúde bucal, bem como a caracterização do perfil demográfico e socioeconômico dos participantes, além de informações sobre acesso e utilização de serviços odontológicos, morbidade bucal autorreferida, autopercepção de saúde bucal e impacto das condições bucais na qualidade de vida, considerando idades-índice previamente estabelecidas (BRASIL, 2022b, p. 9).

Foram selecionados os dados provenientes do questionário destinado à avaliação do acesso e da utilização de serviços de saúde bucal, sendo um recorte da pesquisa do SB Brasil 2023. Também, considerou-se exclusivamente os participantes residentes no município de Florianópolis, Santa Catarina, pertencentes à faixa etária de 65 a 74 anos.

A Pesquisa SB Brasil 2023 foi conduzida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com o Ministério da Saúde (MS), tendo como referência metodológica o SB Brasil 2010 e as recomendações da OMS para a realização de inquéritos epidemiológicos em saúde bucal (BRASIL, 2022b, p. 12). A coleta de dados ocorreu entre 2022 e 2024 (BRASIL, 2025, p. 34-40). Com o objetivo de garantir comparabilidade e padronização dos dados, a OMS recomenda a utilização de idades-índice: 5 anos, 12 anos, 15 a 19 anos, 35 a 44 anos e 65 a 74 anos (BRASIL, 2022b, p. 12).

A faixa etária de 65 a 74 anos foi selecionada neste estudo por corresponder à população idosa, definida no Brasil como indivíduos com 60 anos ou mais (BRASIL, 2022a). Segundo o inquérito nacional, os dados referentes a esse grupo etário são fundamentais tanto para o planejamento adequado das ações e dos tratamentos voltados às pessoas idosas quanto para o monitoramento dos efeitos gerais dos serviços odontológicos ofertados à população (BRASIL, 2022b, p. 12).

Adicionalmente, optou-se pelo recorte geográfico do município de Florianópolis por se tratar da capital do estado de Santa Catarina. Para as capitais brasileiras, o SB Brasil 2023 definiu amostras de 300 indivíduos no grupo etário de 65 a 74 anos, com base em estimativas populacionais derivadas do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), Censo Demográfico de 2010 e nos percentuais de variação populacional. O processo amostral utilizou sorteio por conglomerados (setores censitários) e então, de domicílios, a partir das bases de dados preparatórias do IBGE para o Censo de 2020 (BRASIL, 2022b, p. 17).

RESULTADOS

Dos 1.511 respondentes em Florianópolis/SC, 321 indivíduos pertenciam a faixa etária entre 65 e 74 anos. Dos 321 participantes idosos, 194 (60,4%) eram do sexo feminino e 265 (82,6%) se autodeclararam brancos.

Tabela 1 – Distribuição dos idosos de 65 a 74 anos segundo a procura por serviços odontológicos no último ano. Florianópolis, SC, 2023

Variável	n	%
Não procurei	128	39,87%
Procurei e não fui atendido	16	4,98%
Procurei e fui agendado para outro dia/outra local	9	2,80%
Procurei e fui atendido	164	51,09%
Não sei/não respondeu	4	1,24%
TOTAL	321	100,00%

Fonte: SB Brasil 2023

Tabela 2 – Distribuição dos idosos de 65 a 74 anos segundo o tipo de serviço de saúde bucal procurado para que fosse atendido. Florianópolis, SC, 2023

Variável	n	%
Não procurei	128	39,87%
Serviço público	45	14,01%
Serviço particular	115	35,82%
Plano de saúde ou convênio	28	8,72%
Outros	0	0,00%
Não sei/não respondeu	5	1,55%
TOTAL	321	100,00%

Fonte: SB Brasil 2023

Segundo a Tabela 1, no último ano, a maioria dos pesquisados 164 (51,09%) procuraram serviço odontológico e foram atendidos, enquanto 128 indivíduos (39,87%) não buscaram atendimento. A maior busca de atendimento, segundo a tabela 2, ocorreu no serviço privado, com 115 pessoas idosas procurando o serviço

particular e 28 planos de saúde ou convênios, totalizando 143 indivíduos (44,54%), enquanto 45 pessoas idosas procuraram o serviço público (14,01%).

Tabela 3 – Distribuição dos idosos de 65 a 74 anos segundo o tempo desde a última consulta odontológica. Florianópolis, SC, 2023

Variável	n	%
Nunca foi ao dentista	6	1,86%
Até um ano	171	53,27%
Mais de 1 ano a 2 anos	32	9,96%
Mais de 2 anos a 3 anos	23	7,16%
Mais de 3 anos	78	24,29%
Não sei/não respondeu	11	3,42%
TOTAL	321	100,00%

Fonte: SB Brasil 2023

Tabela 4 – Distribuição dos idosos de 65 a 74 anos segundo o local da última consulta com um dentista. Florianópolis, SC, 2023

Variável	n	%
Nunca foi ao dentista	6	1,86%
Serviço público	89	27,72%
Serviço particular	177	55,14%
Plano de saúde ou convênio	32	9,96%
Outros	3	0,93%
Não sei/não respondeu	14	4,36%
TOTAL	321	100,00%

Fonte: SB Brasil 2023

Buscando compreender quando se deu a última consulta odontológica da pessoa idosa de 65 a 74 anos, a tabela 3 mostra que pouco mais da metade das pessoas idosas se consultou com um cirurgião-dentista no último ano, totalizando 171 indivíduos (53,27%). Entretanto, segundo a tabela 4, houve predomínio dos serviços particulares, sendo este serviço o que atendeu essa população majoritariamente (177; 55,14%), seguido de serviços públicos (89; 27,72%) e plano de saúde ou convênio (32; 9,96%).

Entre os indivíduos de 65 a 74 anos que utilizaram o serviço público, 42 avaliaram o tratamento odontológico como muito bom e 39 como bom, totalizando 81 pessoas (91,01%) com avaliação positiva do atendimento recebido. De forma semelhante, entre aqueles que recorreram a serviços particulares, planos de saúde

ou convênios, 109 idosos classificaram o tratamento como muito bom e 77 como bom, correspondendo a 186 indivíduos (90,43%). Observa-se, portanto, proporção semelhante de satisfação entre os usuários dos serviços público e privado, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição dos idosos de 65 a 74 anos segundo o local da última consulta com um dentista e o que achou do tratamento desta última consulta. Florianópolis, SC, 2023.

Variáveis	Nunca foi ao dentista	Serviço público	Serviço particular	Plano de saúde ou convênio	Outros	Não sei/não respondeu	TOTAL
Nunca foi ao dentista	6 (1,86%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	6 (1,86%)
Muito bom	0 (0,00%)	42 (13,08%)	88 (27,41%)	21 (6,54%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)
Bom	0 (0,00%)	39 (12,14%)	68 (21,18%)	9 (2,80%)	1 (0,31%)	1 (0,31%)	0 (0,00%)
Regular	0 (0,00%)	2 (0,62%)	10 (3,11%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)
Ruim	0 (0,00%)	0 (0,00%)	3 (0,93%)	1 (0,31%)	1 (0,31%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)
Muito ruim	0 (0,00%)	2 (0,62%)	5 (1,55%)	0 (0,00%)	1 (0,31%)	0 (0,00%)	0 (0,00%)
Não sei/não respondeu	0 (0,00%)	4 (1,24%)	3 (0,93%)	1 (0,31%)	0 (0,00%)	13 (4,04%)	0 (0,00%)
TOTAL	6 (1,86%)	89 (27,72%)	177 (55,14%)	32 (9,96%)	3 (0,93%)	14 (4,36%)	6 (1,86%)

Fonte: SB Brasil 2023

Tabela 6 - Distribuição dos idosos de 65 a 74 anos segundo o principal motivo da última consulta ao dentista. Florianópolis, SC, 2023.

Variável	n	%
Nunca foi ao dentista	6	1,86%
Limpeza, prevenção e revisão	100	31,15%
Dor de dente	11	3,42%
Extração	29	9,03%
Tratamento dentário	37	11,52%
Problema de gengiva	5	1,55%
Tratamento de ferida na boca	0	0,00%
Implante dentário	19	5,91%
Colocação/manutenção de aparelho ortodôntico	1	0,31%
Colocação/manutenção de prótese ou dentadura	79	24,61%
Outros	12	3,73%
Não sei/não respondeu	22	6,85%
TOTAL	321	100,00%

Fonte: SB Brasil 2023

Conforme apresentado na Tabela 6, o motivo mais frequente da última consulta odontológica foi a realização de procedimentos de limpeza, prevenção ou revisão, referido por 100 idosos (31,15%). Em seguida, destacou-se a colocação e/ou manutenção de prótese, mencionada por 79 participantes (24,61%), dentre as doze categorias de resposta disponíveis no instrumento de pesquisa. Ademais, de acordo com a Tabela 7, ao serem questionados sobre a posse de plano odontológico privado, seja particular, empresarial ou vinculado a órgão público, 69 idosos (21,49%) responderam afirmativamente.

Tabela 7 - Distribuição dos idosos de 65 a 74 anos quanto possuir plano odontológico particular/empresa/órgão público. Florianópolis, SC, 2023.

Variável	n	%
Não	244	76,01%
Sim	69	21,49%
Não sei/não respondeu	8	2,49%
TOTAL	321	100,00%

Fonte: SB Brasil 2023

DISCUSSÃO

Este estudo descreveu o acesso e a utilização de serviços odontológicos por idosos de 65 a 74 anos residentes em Florianópolis, com base nos dados do SB Brasil 2023. De modo geral, os achados indicam elevada utilização de serviços odontológicos no período recente, com predomínio de consultas motivadas por ações de prevenção, limpeza ou revisão, além de altos níveis de satisfação com o atendimento recebido, tanto entre usuários do serviço público quanto do setor privado. Observou-se, ainda, que a maioria dos participantes não possuía plano odontológico e que, apesar disso, a maioria dos idosos recorreu a serviços odontológicos privados, e não públicos.

O processo de institucionalização do SUS teve início com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), e regulamentado pela Lei Orgânica da Saúde. Conforme estabelecido nesses marcos legais, o SUS compreende um conjunto articulado de ações e serviços públicos de saúde organizados em uma rede regionalizada e hierarquizada, orientada por princípios e diretrizes voltados à garantia do direito universal à saúde (BRASIL, 1990). Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) configura-se como o serviço essencial em uma Região de Saúde e como principal porta de entrada do sistema (BRASIL, 2017). Entretanto, a incorporação da saúde bucal ao SUS ocorreu de forma tardia, iniciando-se de maneira incipiente com a Portaria nº 1.444/2000 (BRASIL, 2000) e sendo consolidada como política nacional apenas em 2023 (BRASIL, 2023), o que pode ter contribuído para dificuldades na consolidação do acesso aos serviços públicos odontológicos.

Essa trajetória histórica pode ter refletido nas gestões municipais de saúde. De acordo com os relatórios públicos de cobertura da APS disponibilizados na plataforma e-Gestor Atenção Primária, referentes ao mês de outubro de 2025, último período disponível durante a elaboração deste estudo, Florianópolis apresenta uma cobertura total da sua população por equipes de Saúde da Família (104,02% de cobertura), considerando população estimada de 576.361 habitantes em 2024. Entretanto, a cobertura populacional por equipes de Saúde Bucal no município, utilizando mesma

base populacional e mesmo mês índice, é de 33,27%, com 69 equipes de Saúde Bucal (eSB) e 1 eCR (BRASIL, 2026).

Tal dado, evidencia uma menor disponibilidade relativa dos serviços odontológicos à população de Florianópolis, podendo ser considerado uma possível barreira de acesso aos serviços públicos de saúde bucal. Esse percentual de cobertura odontológico encontra-se abaixo da meta estabelecida no Plano Municipal de Saúde de Florianópolis 2020–2025, que previa alcançar 60% de cobertura em saúde bucal até o ano de 2025, com metas intermediárias de 57% em 2023 e 59% em 2024 (FLORIANÓPOLIS, 2021).

A hipótese da dificuldade de acesso aos serviços públicos também pode ser considerada ao analisar a avaliação dos idosos sobre o último atendimento odontológico. Os elevados níveis de satisfação observados, tanto entre usuários do setor público quanto do setor privado, sugerem que a escolha majoritária pelo atendimento privado possa estar relacionada a limitações, como do acesso e dos tipos de serviços ofertados na rede pública, uma vez que, quando o atendimento é efetivamente acessado, tende a ser bem avaliado pelos idosos em ambos os setores, público e privado.

A elevada satisfação com o atendimento odontológico entre idosos também tem sido descrita em estudos nacionais. Em Montes Claros, Minas Gerais, pesquisa realizada entre 2008 e 2009 evidenciou que 91,4% dos idosos relataram satisfação com o atendimento odontológico, considerando as avaliações “bom” e “muito bom”, independentemente do local de atendimento, seja público ou privado (RODRIGUES *et al.*, 2012). De forma semelhante, estudo baseado nos dados do SB Brasil 2010 demonstrou elevados níveis de satisfação com os serviços odontológicos entre brasileiros de diferentes faixas etárias. Mas, destacou-se que, nas regiões Sul e Sudeste, adultos e idosos apresentaram maior satisfação com os serviços públicos odontológicos quando comparados aos serviços privados (MACAREVICH *et al.*, 2018).

A menor procura pelos serviços odontológicos do SUS, observada neste estudo com recorte à capital de Santa Catarina, pode também estar associada às

necessidades específicas da população idosa. O processo de envelhecimento é marcado por elevada prevalência de perdas dentárias e edentulismo, condição que representa o desfecho de uma trajetória de doenças bucais acumuladas ao longo do curso de vida (KASSEBAUM et al., 2014; OMS, 2023) e que se configura, ainda, como um importante indicador de desigualdade social. No contexto do Continente Americano, dados de 2019 apontam que o Brasil ocupava a segunda posição em prevalência estimada de edentulismo entre pessoas com 60 anos ou mais, com o dado de 49,5% dessa população sem nenhum dente, ficando atrás apenas do Peru, cuja prevalência alcançava 51% (OMS, 2023).

Um estudo que analisou os três últimos inquéritos da Pesquisa Nacional de Saúde Bucal (SB Brasil 2003, 2010 e 2023), evidenciou uma redução significativa no número médio de dentes perdidos no Brasil, entre indivíduos de 65 a 74 anos. Desta forma, a prevalência de edentulismo apresentou queda expressiva ao longo do período, passando de 53,34% em 2003 e 53,38% em 2010 para 36,48% em 2023 (FERREIRA et al., 2025).

Nesse contexto, a necessidade de reabilitação protética entre os idosos, pode estar contribuindo para a busca por serviços odontológicos no setor privado. De acordo com as Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal, a reabilitação protética pode ocorrer na APS, cabendo à Atenção Especializada Ambulatorial o atendimento dos casos em que essa oferta não esteja disponível no território, após a resolução das necessidades clínicas básicas. Cabe ao gestor municipal a função da organização do serviço, visto as múltiplas consultas clínicas e etapas laboratoriais (BRASIL, 2018, p.167-168).

Apesar do fortalecimento das políticas públicas voltadas à oferta de próteses odontológicas ao longo dos anos, estudos indicam que a produção permanece aquém da demanda populacional, com persistência de desigualdades na oferta entre os diferentes tipos de próteses e entre as regiões do país (VIEIRA et al., 2023). A reabilitação protética, embora recomendada, não é ofertada de forma rotineira na APS. Nesse sentido, Santos et al. (2022) destacam a necessidade de fortalecimento

das políticas públicas de saúde bucal no Brasil, com ampliação do acesso aos serviços odontológicos e, especialmente, às próteses dentárias no âmbito da atenção básica.

Dessa forma, pode-se levantar a hipótese de que procedimentos como confecção, manutenção e substituição de próteses dentárias sejam frequentemente percebidos pelos usuários como mais acessíveis fora da rede pública. No presente estudo, observou-se uma proporção expressiva de consultas motivadas por colocação ou manutenção de próteses, o que evidencia uma demanda relevante no município de Florianópolis e reforça a importância de uma rede de atenção à saúde organizada, especialmente para a população idosa. Os resultados deste estudo contribuem para o aprimoramento das políticas públicas de saúde bucal no município, ao apontar a necessidade de ampliação do acesso e promoção da equidade na assistência odontológica. Como limitação, destaca-se o delineamento transversal do estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados evidenciam disparidades na utilização dos serviços odontológicos, apontando para a necessidade de novos estudos que investiguem os fatores associados à maior procura por serviços odontológicos privados em comparação ao Sistema Único de Saúde entre pessoas idosas de Florianópolis/SC, especialmente diante da similaridade na satisfação com o atendimento prestado em ambos os contextos.

REFERÊNCIAS

BARRETO, J. O.; SOUSA, M. L. A.; SILVA-JÚNIOR, S. E.; FREIRE, J. C. P.; ARAÚJO, T. N.; FREITAS, G. B.; DIAS-RIBEIRO, E. Impactos psicossociais da estética dentária na qualidade de vida de pacientes submetidos a próteses: revisão de literatura. *Archives of Health Investigation*, [s.l.], v. 8, n. 1, 2019. DOI: 10.21270/archi.v8i1.3162. Acesso em: 30 jan. 2026.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 18.ed. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. Gabinete Ministerial. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, set. 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 set. 1990. Seção 1. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. Brasília, DF: 2022a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm#art1. Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.572, de 8 de maio de 2023. Institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS. Diário Oficial da União, Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14572.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cobertura da Atenção Primária à Saúde. Relatório APS. Brasília: Ministério da Saúde, 2026. Disponível em: <https://relatorioaps.saude.gov.br/cobertura/aps>. Acesso em: 16 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.444/GM, de 28 de dezembro de 2000. Estabelece incentivo financeiro para a reorganização da atenção à saúde bucal prestada nos municípios por meio do Programa de Saúde da Família. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. SB Brasil 2020: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal: projeto técnico. Brasília: Ministério da Saúde, 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/brasil-sorridente/arquivos/2022/projeto-tecnico-sb-brasil-2020.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Estratégias e Políticas de Saúde Comunitária. SB Brasil 2023: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal: relatório final [recurso eletrônico]. 1. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. 537 p.: il. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sb_brasil_2023_relatorio_final_1edrev.pdf. Acesso em: 02 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. A saúde bucal no Sistema Único de Saúde [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal_sistema_unico_saude.pdf. Acesso em: 01 fev. 2026.

DALAZEN, C. E.; CARLI, A. D. D.; BOMFIM, R. A. Fatores associados às necessidades de tratamento odontológico em idosos brasileiros: uma análise multinível. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1119–1130, abr. 2018. DOI: 10.1590/1413-81232018234.27462015. Acesso em: 02 fev. 2026.

FAGUNDES, M. L. B.; BASTOS, L. F.; AMARAL JÚNIOR, O. L.; MENEGAZZO, G. R.; CUNHA, A. R.; STEIN, C.; ABREU, L. G.; HUGO, F. N.; GIORDANI, J. M. A.; MALTA, D. C.; ISER, B. P. M. Desigualdades socioeconômicas na utilização de serviços odontológicos no Brasil: uma análise da Pesquisa Nacional de Saúde 2019. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 24, supl. 2, e210004, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720210004.supl.2>. Acesso em: 4 fev. 2026.

FERREIRA, R. C.; VARGAS, A. M. D.; MOURA, R. N. V. de; FONSECA, M. L. V.; GOMES, V. E.; PINHEIRO, E. L. Tendências de cárie e edentulismo em idosos brasileiros: uma análise comparativa de pesquisas de 2003, 2010 e 2023. *Brazilian Oral Research*, São Paulo, v. 39, e050, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-3107bor-2025.vol39.0050>. Acesso em: 29 jan. 2026.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. Plano Municipal de Saúde: 2022–2025. Florianópolis: SMS, 2021. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/29_05_2023_10.18.33.70fd619ca8f5741df57558a9dff865a.pdf. Acesso em: 16 jan. 2026.

GALVÃO, M. H. R.; RONCALLI, A. G. Does the implementation of a national oral health policy reduce inequalities in oral health services utilization? The Brazilian experience. *BMC Public Health*, v. 21, p. 541, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-021-10586-2>. Acesso em: 29 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022. Brasília: IBGE, 2022a. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados do Brasil: Censo Demográfico 2022. Brasília: IBGE, 2022b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 jan. 2026.

KASSEBAUM, N. J.; BERNABÉ, E.; DAHIYA, M.; BHANDARI, B.; MURRAY, C. J. L.; MARCENES, W. Global burden of severe tooth loss: a systematic review and meta-analysis. *Journal of Dental Research*, v. 93, n. 7 Suppl., p. 20S–28S, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022034514537828>. Acesso em: 20 jan. 2026.

LEVIN, K. A. Study design III: Cross-sectional studies. *Evidence-Based Dentistry*, v. 7, n. 1, p. 24–25, 2006. DOI: 10.1038/sj.ebd.6400375. Acesso em: 14 jan. 2026.

MACAREVICH, A.; PILOTTO, L. M.; HILGERT, J. B.; CELESTE, R. K. Satisfação do usuário com serviços odontológicos públicos e privados para diferentes faixas etárias no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 2, e00110716, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00110716>. Acesso em: 18 jan. 2026.

MARSHMAN, Z.; PORRITT, J.; DYER, T.; WYBORN, C.; GODSON, J.; BAKER, S. What influences the use of dental services by adults in the UK? *Community Dentistry and Oral Epidemiology*, v. 40, n. 4, p. 306–314, 2012. DOI: 10.1111/j.1600-0528.2012.00675.x. Acesso em: 03 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Global oral health status report: towards universal health coverage for oral health by 2030: regional summary of the Region of the Americas. Genebra: WHO; 2023. (ISBN 978-92-4-007082-0). Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240070820>. Acesso em: 20 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Oral health surveys: basic methods. 5. ed. Geneva: World Health Organization, 2013. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/97035>. Acesso em: 29 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Department of Economic and Social Affairs, Population Division. World Population Prospects 2024: Summary of Results (UN DESA/POP/2024/TR/NO. 9) ONU, 2024. Disponível em: https://population.un.org/wpp/assets/Files/WPP2024_Summary-of-Results.pdf. Acesso em: 03 de fev. 2026.

PUCCA JUNIOR, G. A.; COSTA, J. F. R.; CHAGAS, L. de D.; SILVESTRE, R. M. Políticas de saúde bucal no Brasil. *Brazilian Oral Research*, São Paulo, v. 23, supl., p. 9–16, 2009. DOI: 10.1590/S1806-83242009000500003. Acesso em: 04 fev. 2026.

RODRIGUES, C. A.; SILVA, P. L.; CALDEIRA, A. P.; PORDEUS, I. A.; FERREIRA, R. C.; MARTINS, A. M. Fatores associados à satisfação com serviços odontológicos entre idosos. *Revista de Saúde Pública*, v. 46, n. 6, p. 1039–1050, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102013005000008>. Acesso em: 17 jan. 2026.

SANTOS, A. S. F.; LIMA, R. F. R.; FERREIRA, R. C.; ALENCAR, G. P.; CARREIRO, D. L.; SILVEIRA, M. F.; TREZENA, S.; MARTINS, A. M. E. de B. L. Uso de serviços de saúde bucal entre idosos brasileiros: mediação pela perda dentária. *Ciência & Saúde*

Coletiva, Rio de Janeiro, v. 27, n. 7, p. 2777–2788, 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022277.22122021. Acesso em: 04 fev. 2026.

VIEIRA, M. F.; SILVA, A. S.; GOMES, C. H.; BALDANI, M. H.; ANTUNES, J. L. F. Produção de próteses dentárias no SUS em idosos brasileiros e impacto da pandemia de COVID-19. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 57, p. 51, 2023. DOI: 10.11606/s1518-8787.2023057004828. Acesso em: 29 jan. 2026.